



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ

Trata-se de solicitação de parecer jurídico formulada pela Coordenadoria de Licitação (2657096), com a finalidade de examinar a legalidade das disposições constantes da Minuta de Edital e de seus respectivos anexos, referentes ao procedimento licitatório instaurado na modalidade Pregão, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

O certame tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de solução integrada destinada à confecção de carteiras funcionais físicas com “QR Code”, a serem fornecidas aos magistrados ativos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Resolução CNJ nº 315/2020 e pela Portaria CNJ nº 122/2020, conforme delineado no Documento de Formalização de Demanda – DFD (2559589).

Estudo Técnico Preliminar – ETP (2660086) consignou que a contratação pretendida encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, aprovado pela Resolução nº 30, de 11 de novembro de 2025, sob o código DVCOP-2026-54, bem como que há dotação orçamentária para o exercício financeiro correspondente, com previsão de dispêndio no montante de **R\$ 90.000,00** (noventa mil reais) para atender ao objeto em análise.

Consta, ainda, o Despacho da SECAD/TJ (2563342), no qual se registra que a demanda apresenta estimativa de preços no valor de R\$ 118.094,00 (cento e dezoito mil e noventa e quatro reais), conforme indicado no item 8 do ETP acostado aos autos.

Despacho ANPRES (2563528) autorizou o prosseguimento da contratação, em caráter preliminar e nos termos apresentados, ao fundamento de que o objeto a ser adquirido se mostra essencial ao regular funcionamento e ao aprimoramento das atividades institucionais, com a perspectiva de geração de benefícios futuros a esta Corte de Justiça.

Após a juntada do Termo de Referência elaborado pela SECOP/SEAC (2660172) e a realização da correspondente pesquisa de mercado, foi confeccionado o Mapa de Preços SECOP/DVCOP/SC (2615458), do qual se extrai o valor total estimado para a contratação no importe de **R\$ 118.094,00** (cento e dezoito mil e noventa e quatro reais).

Por fim, encontram-se acostados aos autos, para fins de instrução do procedimento, o Contrato SECOP/DVCC/ATJ (2623755), o Edital de Licitação – Pregão Eletrônico SECOP/SEAC (2660183) e os respectivos anexos do Edital (2660195).

É o relatório.

1) PRELIMINARMENTE

Quando a administração tem a pretensão de realizar licitação, contrato, acordo, convênio ou ajustes, o respectivo órgão técnico-jurídico deverá apresentar manifestação prévia, por força do art. 53,

parágrafo único, da Lei n.º 14.133/21:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

No mesmo sentido são as normas constantes do art. 32 da Resolução do TJAM n.º 64/2023:

Art. 32. Após a elaboração da minuta de edital e anexos, os autos seguirão para a Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência para realização do controle prévio de legalidade da contratação nos termos deste artigo e do art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Ao final da fase preparatória, todos os processos de contratação, inclusive aqueles que não seja necessária a elaboração de minuta de edital e contrato, serão submetidos à análise jurídica pela Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência.

Ao final da fase preparatória, todos os processos de contratação, inclusive aqueles que não seja necessária a elaboração de minuta de edital e contrato, serão submetidos à análise jurídica pela Assessoria Jurídico Administrativa da Presidência. No caso em análise, o processo administrativo fora encaminhado a esta Assessoria para os fins das normas em comento. Logo, passa-se à análise técnico-jurídica.

2) DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

No caso de aquisição de bens ou serviços de natureza comum, é obrigatório o uso da modalidade de licitação denominada pregão, na forma do art. 6º, inciso XLI da Lei n.º 14.133/21:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: (...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

No presente caso, trata-se de procedimento licitatório voltado ao registro de preços para eventual aquisição de solução integrada destinada à confecção de carteiras funcionais físicas com “QR Code”, a serem fornecidas aos magistrados ativos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Resolução CNJ nº 315/2020 e pela Portaria CNJ nº 122/2020

Tal procedimento encontra integral respaldo nas normas aplicáveis, estando expressamente previsto na minuta do edital que o critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

3) DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO A SER DISPENSADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A Lei Complementar n.º 123/2006 prescreve:

Art. 44. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (...)

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

No caso em exame, verifica-se que tanto a Minuta do Edital quanto o Termo de Referência contemplam, de forma expressa, a aplicação do tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Cooperativas, naquilo que lhes for juridicamente cabível, em conformidade com as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e com os princípios que regem o regime das contratações públicas.

4) DA PESQUISA DE PREÇOS

O Mapa de Preços (2615458) e a Metodologia de Cálculo (2616540), acostados aos autos, apresentam de maneira detalhada e fundamentada a estimativa do valor global da presente contratação, fixado em **R\$ 118.094,00** (cento e dezoito mil e noventa e quatro reais), estando todos os valores devidamente demonstrados em estrita observância à legislação vigente.

5) DA POSTERGAÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No presente caso, revela-se desnecessária a indicação de dotação orçamentária, uma vez que o procedimento licitatório em análise tem por objeto exclusivo o registro de preços, não impondo à Administração qualquer obrigação de contratação imediata.

Assim, a exigência de dotação orçamentária somente se fará relevante em momento posterior, caso a Administração opte por efetivar a contratação, situação em que a disponibilização dos recursos será devidamente formalizada, em estrita observância aos princípios da legalidade e da responsabilidade fiscal.

6) DA MINUTA DO EDITAL E SEUS ANEXOS

No que se refere à minuta do edital, elaborada no âmbito da fase interna da licitação e submetida à análise jurídica, cumpre destacar que sua elaboração deve observar os parâmetros previstos no art. 82 da Lei nº 14.133/2021:

- Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:
- I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
 - II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
 - III - a possibilidade de prever preços diferentes:
 - a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
 - b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
 - c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
 - d) por outros motivos justificados no processo;
 - IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
 - V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
 - VI - as condições para alteração de preços registrados;
 - VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
 - VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
 - IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.
- § 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.
- § 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art.

23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

§ 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;

II - no caso de alimento perecível;

III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

§ 4º Nas situações referidas no § 3º deste artigo, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

§ 5º O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV - atualização periódica dos preços registrados;

V - definição do período de validade do registro de preços;

VI - inclusão, em ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que mantiver sua proposta original.

§ 6º O sistema de registro de preços poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

Após análise aprofundada dos termos do instrumento apresentado, constatou-se que a Minuta do Edital (2660183) foi elaborada em conformidade com os dispositivos legais aplicáveis, notadamente a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 123/2006, a Resolução nº 064/2023 do TJAM, quando cabível, e o Decreto Estadual nº 28.182/2008.

Destaca-se, ainda, a adequada definição e objetividade do objeto licitado, a previsão de exigências compatíveis com o objeto como condições de habilitação, a fixação de critério objetivo para o julgamento das propostas, bem como a observância dos prazos legais para impugnação do edital, abertura das propostas e interposição de recursos.

De outro modo, para fins de análise dos anexos que compõem o referido edital, destacam-se, a seguir, os seguintes documentos: (I) Declaração conjunta de Ciência e concordância com as condições contidas no Edital; (II) Declaração de elaboração independente de proposta; (III) Formulário proposta de preços; (IV) Minuta da Ata de Registro de Preços; (V) Termo de Referência; (VI) Estudo Técnico Preliminar; e (VII) Minuta de Termo de Contrato.

Dentre tais documentos, ressalta-se que a atuação desta Assessoria Jurídica incidirá com maior ênfase sobre o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, e a Minuta de Termo de Contrato, sem prejuízo, contudo, da observância das formalidades legais aplicáveis aos demais anexos, os quais também deverão apresentar conteúdo claro, preciso e compatível com os objetivos da contratação.

Nesse contexto, cumpre destacar que o Estudo Técnico Preliminar (2660086) e o Termo de Referência (2660172) constituem documentos essenciais na fase preparatória da contratação, devendo observar os requisitos mínimos previstos nos arts. 6º e 18 da Lei nº 14.133/2021. In verbis:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

[...]

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações

sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;

[...]

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

Nessa senda, após a análise do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, constatou-se que estes foram adequadamente instruídos, contemplando todas as informações indispensáveis e pertinentes para garantir a continuidade do processo de contratação. Os documentos apresentam de forma

clara e detalhada os elementos necessários, assegurando que todos os aspectos relevantes para a execução da pretendida contratação sejam contemplados, permitindo o seu prosseguimento de maneira eficiente e alinhada com os objetivos estabelecidos.

Por fim, no que se refere à minuta contratual apresentada (2623755), observa-se que o art. 92 da Lei nº 14.133/2021, em seus respectivos incisos, elenca as cláusulas que devem, obrigatoriamente, constar nos contratos administrativos, conforme se depreende da leitura do referido dispositivo legal, in verbis:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

Realizada a análise dos requisitos estabelecidos no normativo supracitado, verifica-se que a minuta contratual atende integralmente às cláusulas essenciais previstas na legislação vigente, especialmente em conformidade com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, que disciplina o regime jurídico das contratações públicas.

7) CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Assessoria Administrativa **manifesta-se favoravelmente à aprovação da minuta do edital de licitação e de seus anexos, relativos ao procedimento a ser realizado na modalidade de pregão eletrônico**, com critério de julgamento pelo menor preço global e valor estimado de **R\$ 118.094,00** (cento e dezoito mil e noventa e quatro reais), cujo objeto consiste no registro de preços para eventual aquisição de solução integrada destinada à confecção de carteiras funcionais físicas com “QR Code”, a serem fornecidas aos magistrados ativos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM, em conformidade com a Resolução CNJ nº 315/2020, com a Portaria CNJ nº 122/2020 e com os arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, e 29 da Lei nº 14.133/2021.

Embora conste dos autos a existência dotação orçamentária para dispêndio com o objeto, prevista para o exercício financeiro correspondente, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), inferior ao valor estimado da contratação, este possui natureza meramente referencial, ficando a execução financeira condicionada às necessidades efetivamente demandadas pela Administração.

Registra-se, ainda, que, em caso de celebração do contrato, deverá ser juntada aos autos a comprovação de inexistência de restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), bem como a certidão negativa — ou positiva com efeito de negativa — emitida pela Fazenda Nacional.

Considerando tratar-se de decisão da competência da autoridade superior, submeta-se o presente feito à apreciação e posterior deliberação, observadas as cautelas de praxe.

É o parecer.

Manaus/AM, data registrada do sistema.

(assinado digitalmente)

Raphael Guidão Marques

Diretor da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **RAPHAEL GUIDÃO MARQUES, Diretor(a)**, em 16/01/2026, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2661753** e o código CRC **856297D1**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

DECISÃO GABPRES

Trata-se de processo administrativo no qual se pretende a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global, com sistema de registro de preços, no valor estimado de R\$ 118.094,00 (cento e dezoito mil e noventa e quatro reais), para fins de registro de preços para eventual aquisição de solução integrada destinada à confecção de carteiras funcionais físicas com "QR Code", a serem fornecidas aos magistrados ativos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Resolução CNJ nº 315/2020 e pela Portaria CNJ nº 122/2020, conforme condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos.

Constam nos autos o Documento de Formalização de Demanda, demonstrando a necessidade de implementação de sistema de identificação funcional padronizado para os magistrados do Tribunal, o Estudo Técnico Preliminar indicando que a contratação pretendida encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, aprovado pela Resolução nº 30, de 11 de novembro de 2025, sob o código DVCOP-2026-54, totalizando R\$ 90.000,00 de recurso disponível para o exercício financeiro correspondente.

Consta ainda o Termo de Referência elaborado pela Secretaria de Compras e Operações, o Mapa de Preços com valor estimado de R\$ 118.094,00, bem como a minuta do Edital de Pregão Eletrônico e seus respectivos anexos.

A Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência emitiu parecer favorável, opinando pela aprovação da minuta de edital de licitação objeto dos autos, considerando o pleno atendimento aos requisitos legais estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes à matéria.

É o relatório. Decido.

O presente processo cumpre rigorosamente a exigência de controle prévio de legalidade estabelecida no art. 53, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que determina que ao final da fase preparatória o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração para realização de análise jurídica da contratação. No mesmo sentido, o art. 32 da Resolução TJAM nº 64/2023 reforça essa obrigatoriedade, assegurando que todas as contratações sejam submetidas à prévia manifestação técnico-jurídica, garantindo assim a conformidade legal dos procedimentos licitatórios desta Corte de Justiça.

A modalidade pregão eletrônico mostra-se adequada e obrigatória para a presente contratação, considerando tratar-se de aquisição de bens de natureza comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais do mercado, conforme preceitua o art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, que define pregão como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns. A adoção do critério de julgamento pelo menor preço global revela-se plenamente adequada à natureza dos bens a serem contratados, permitindo maior competitividade e economicidade ao certame.

O Sistema de Registro de Preços apresenta-se como forma apropriada para a presente contratação, tendo em vista que se trata de aquisição que pode ocorrer de forma parcelada durante o período de vigência da ata, proporcionando flexibilidade e economia aos cofres públicos, em conformidade com as disposições da Resolução TJAM nº 64/2023.

A minuta de edital apresentada demonstra integral observância às normas sobre licitações e contratos, especialmente aquelas constantes da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, da Resolução TJAM nº 64/2023 e do Decreto Estadual nº 47.133/2023. O instrumento contempla todas as cláusulas necessárias ao adequado desenvolvimento do certame, incluindo as disposições sobre o objeto da licitação, formas de comunicação, procedimentos de habilitação e julgamento, tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, e disposições sobre recursos administrativos.

O valor estimado de R\$ 118.094,00 baseia-se em pesquisa de mercado devidamente documentada no mapa de preços, demonstrando a observância ao princípio da economicidade e aos preceitos

da Lei de Responsabilidade Fiscal. A estimativa considera as necessidades reais do Tribunal para a confecção de carteiras funcionais físicas com "QR Code" destinadas aos magistrados ativos desta Corte de Justiça, essencial para a implementação dos padrões de identificação funcional estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

A contratação visa atender demanda legítima e essencial do Tribunal de Justiça do Amazonas por sistema de identificação funcional padronizado indispensável ao adequado exercício das atividades jurisdicionais. A aquisição dessas carteiras funcionais constitui medida de necessidade institucional e de segurança, garantindo a correta identificação dos magistrados e o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 315/2020 e pela Portaria CNJ nº 122/2020.

Destaca-se que o objeto encontra-se contemplado no Plano Anual de Contratações de 2026, devidamente aprovado pela Resolução nº 30, de 11 de novembro de 2025, sob o código DVCOP-2026-54, assegurando o alinhamento com o planejamento estratégico institucional.

A minuta do edital prevê expressamente o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, em conformidade com o disposto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, assegurando assim o cumprimento das políticas públicas de fomento ao desenvolvimento econômico e social das pequenas empresas.

Quanto à dotação orçamentária, embora conste dos autos a existência de dotação orçamentária para dispêndio com o objeto, prevista para o exercício financeiro correspondente, no valor de R\$ 90.000,00, inferior ao valor estimado da contratação, este possui natureza meramente referencial, ficando a execução financeira condicionada às necessidades efetivamente demandadas pela Administração, tendo em vista tratar-se de sistema de registro de preços que não impõe obrigação imediata de contratação.

O cumprimento do princípio constitucional da publicidade será assegurado mediante a divulgação do edital nos meios apropriados, incluindo o Diário de Justiça Eletrônico e os sítios eletrônicos www.gov.br/compras e www.tjam.jus.br, garantindo ampla participação dos interessados e a transparência do processo licitatório, em observância ao art. 37, caput, da Constituição Federal e ao § 3º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, e considerando o parecer técnico-jurídico favorável da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência que examinou detalhadamente todos os aspectos legais pertinentes, **autorizo** a realização de licitação na modalidade pregão eletrônico, tipo menor preço global, com sistema de registro de preços, no valor estimado de R\$ 118.094,00 (cento e dezoito mil e noventa e quatro reais), para fins de **registro de preços para eventual aquisição de solução integrada destinada à confecção de carteiras funcionais físicas com "QR Code", a serem fornecidas aos magistrados ativos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.**

Determino que no momento da celebração do negócio jurídico seja providenciada a documentação comprobatória de que não há restrições no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e junto à Fazenda Nacional em relação à certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, bem como seja dada ampla publicidade ao negócio jurídico celebrado, observadas as cautelas de praxe e as disposições legais pertinentes.

Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Licitação para as providências necessárias à publicação do edital e condução do certame, observando-se rigorosamente todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

Manaus, data registrada no sistema.

- assinatura digital -

Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes**
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Desembargador de Justiça**, em 19/01/2026, às 12:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2662877** e o código CRC **8BB3D42A**.
